



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 4/2010 -----

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 15 de Fevereiro de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **970.594,21 € (Novecentos e setenta mil, quinhentose noventa e quatro euros e vinte e um centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----1.1.1 – ESPÓLIO DO PINTOR AGOSTINHO DUARTE-----

-----O Vereador Mário Alves reportou-se ao assunto abordado em reunião da Câmara Municipal de 2 de Fevereiro de 2010, sobre o espólio do pintor Agostinho Duarte, sublinhando que “mais tarde..., ao analisar o assunto mais calmamente, estranhamente verifiquei que o *mail* remetido pelo senhor Luciano Lourenço tinha data de Novembro de 2009.”-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara disse reafirmar aquilo que já havia dito em reunião da Câmara Municipal de 2 de Fevereiro, ou seja, que não houve qualquer intenção política da sua parte na tentativa de levar o assunto a uma reunião pública com a presença da comunicação social. Esclareceu ainda que o documento em causa, por lapso, andou durante algum tempo apensado a outros documentos, e que por essa razão só agora chegou ao seu conhecimento. Esclareceu igualmente que “não quis criar nenhum facto político com aquilo, quis apenas esclarecer/saber sobre quem é que tinha razão. Percebi depois quais é que eram as razões invocadas pelo Professor Luciano Lourenço, mas no entanto, aquilo que eu fiz foi numa tentativa de esclarecimento e de apurar a verdade. Reafirmo mais uma vez aqui que não houve nenhuma intenção de levar o assunto a uma reunião pública. Não vou ter esse tipo de comportamentos, porque não é o tipo de comportamento que eu quero ter aqui no município. A oposição tem toda a legitimidade, logicamente, de dizer que não concorda. Até agora tem havido aqui posicionamentos que tenho reconhecido publicamente. Tem havido aqui discussão e abertura para também alterarmos as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

propostas, e é assim que eu gostaria que continuasse a ser. Não houve qualquer intenção de confrontar o Vereador Mário Alves com alguma decisão que tenha a ver do seu passado. Digo isto e reafirmo!".-----

**2 - ORDEM DO DIA**-----

**2.1 - REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA DAS TAXAS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----Atendendo a que vai ser feita uma explanação dos documentos em epígrafe pela Sociedade de Advogados Portugal, e verificando-se que os mesmos ainda não estão presentes uma vez que têm que se deslocar de Lisboa até Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade, analisar este assunto no final da presente reunião.-----

**2.2 - CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO NA ÁREA DO EMPREENDEDORISMO E DA INVESTIGAÇÃO**-----

D.A.G.F.

-----Considerando que, por lapso dos serviços, a cópia do documento em apreço não foi remetida atempadamente aos senhores vereadores, a Câmara Municipal entendeu assim não estarem reunidas as condições necessárias para a discussão deste ponto, tendo sido deliberado, por unanimidade, agendar uma reunião extraordinária para o próximo dia 22 de Fevereiro de 2010, com início às 10:00 horas, tendo em vista a sua inclusão na respectiva ordem do dia.-----

**2.3 - ABERTURA DE CONTA**-----

D.A.G.F.

-----Na sequência de consulta efectuada a duas entidades bancárias foram presentes ao Executivo duas propostas de taxa de juro para abertura de conta bancária destinada ao movimento da verba legada pelo Prof. Virgílio Hall da Fonseca, tendo a Câmara Municipal, sob proposta do Vereador Mário Alves, deliberado, por unanimidade, promover uma consulta geral às restantes entidades bancárias, com sede em Oliveira do Hospital, para o efeito.-----

-----Sobre este assunto, o Presidente da Câmara deu ainda conta de que o terreno, também legado pelo Prof. Virgílio da Fonseca Hall, para construção de uma valência de carácter social na freguesia de Lagos da Beira, está implantado em Zona de Reserva Agrícola Nacional, sendo agora necessário promover as diligências necessárias com vista à resolução deste problema, uma vez que a solicitação de desanexação daquela parcela da Zona de Reserva Agrícola, apresentada pelo Município de Oliveira do Hospital, no âmbito da revisão do Plano Director Municipal, não foi atendida pela Direcção Geral de Agricultura, à semelhança do que aconteceu com outros pedidos de desanexação apresentados por particulares.-----

-----O Vereador Mário Alves disse existirem duas formas que no seu entender resolveriam este problema, ou seja, por um lado promovendo a desafecção do terreno em causa via Comissão de Revisão do PDM – Plano Director Municipal, e por outro, organizando um processo de desafecção da área necessária à construção da referida valência em Lagos da Beira, através de um requerimento à Comissão da Reserva Agrícola Nacional. Disse ainda reconhecer que a resolução do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

problema via PDM será complicada, por falta de elementos que permitam justificar aos proprietários de terrenos vizinhos a razão daquela parcela ter sido desbloqueada e as restantes não. Considera no entanto que, se a Comissão Nacional da RAN, em reunião a realizar com o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, for sensibilizada para os fins a prosseguir com a mencionada desafecção poderá resolver o problema.-----

**2.4 - "EMPREENDER +" - PAGAMENTO DE PRÉMIO -----**

**D.A.G.F./Procº42/DOC.2**

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente ao Executivo uma carta, remetida pelo promotor da Ideia de Negócio "OHphicina das Artes", premiada a 7 de Outubro de 2009, com o 2º lugar, no âmbito do Concurso Municipal de Ideias de Negócio "Empreender +", procedendo à entrega da documentação exigida pelo artigo 8º do regulamento do respectivo concurso, para efeitos de recebimento do montante restante do prémio a que tem direito nos termos do nº 1 do artigo 8º do mesmo regulamento, devidamente instruída com informação prestada pelo Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Considerando o disposto no nº 1 do artigo 8º do Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio "Empreender +", que refere que ao segundo classificado cabe um prémio no montante de 10.000,00 € (Dez mil euros); considerando que nos termos do nº 2 do referido artigo, os prémios serão pagos em 10% do seu valor na data estabelecida no número 1 do artigo 4º, ou seja, em 7 de Outubro de cada ano, data do Feriado Municipal, e o "*restante mediante apresentação, por parte dos promotores da ideia de negócio, de documentos comprovativos da constituição da empresa ou do início da actividade, no caso de empresários em nome individual, bem como de documentos de despesa (factura, factura-recibo, outros legalmente aceites) comprovativos da aplicação, na aquisição de equipamento e material necessário ao desenvolvimento da actividade, de um montante no mínimo igual ao valor do prémio atribuído, na condição subjacente de terem sede ou delegação na área do concelho de Oliveira do Hospital*", e tendo-se verificado que o mesmo não reúne as condições do referido nº 2, pelo facto do montante aplicado (2.236,48 €) na aquisição de equipamento e material necessário ao desenvolvimento da actividade ser inferior ao valor do prémio atribuído (10.000,00 €), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar para já o pagamento do prémio no montante de 6.236,48 € (Seis mil, duzentos e trinta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), valor correspondente à diferença entre as despesas tidas com a realização do capital social (5.000,00 €), e com a aquisição de equipamento e material necessário (2.236,48 €), e o valor do prémio que o promotor já recebeu no Feriado Municipal (1.000,00 €).-----

**2.5 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS: -----**

**2.5.1 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GALIZES -----**

**D.A.G.F/ Procº47/11**

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente ao Executivo o ofício de referência GG/015/2010, datado de 5 de Fevereiro, remetido pela entidade mencionada em epígrafe, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, e nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar a Santa Casa da Misericórdia de Galizes do pagamento das despesas inerentes ao vazamento de uma fossa no montante de 21,18 € (Vinte e um euros e dezoito cêntimos), conforme solicitado.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**2.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) INSTITUIÇÕES:** -----

**-----A -1) ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS LIMITADOS DA VOZ -----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Portuguesa dos Limitados da Voz, um subsídio no montante de **50,00 € (Cinquenta euros)** como apoio ao desenvolvimento de actividades daquela instituição.----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----A -2) COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE VILELA -----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente ao Executivo uma carta, datada de 2 de Fevereiro de 2010, remetida pela entidade mencionada em epígrafe, a solicitar apoio financeiro para fazer face às despesas tidas com o fornecimento de energia eléctrica para a bomba do saneamento básico. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal por deliberação de 9 de Junho de 2009, atribuiu àquela associação um subsídio no montante de **600,00 € (Seiscentos euros)** para o mesmo efeito, a Câmara Municipal entendeu assim solicitar à Comissão de Melhoramentos de Vilela alguns esclarecimentos sobre o assunto, devendo para o efeito apresentar a respectiva facturação.-----

**2.7 - OBRAS PARTICULARES:**-----

**-----2.7.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----**

D.S.T./DOC.3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 3 e 15 de Fevereiro de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**2.8 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

**-----2.8.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----**

D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 1 e 15 de Fevereiro de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**-----2.8.2 - FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO – DESFILE DE CARNAVAL/2010 -----**

D.A.G.F./Proc.3/1

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente à Câmara o ofício nº 13/2010, datado de 4 de Fevereiro, remetido pela Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo do Cravo. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**2.9 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

-----**2.9.1 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO**-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Na sequência das deliberações camarárias de 9 de Novembro de 2009 e de 19 de Janeiro de 2010, a Vereadora Graça Silva apresentou a segunda acta da reunião do júri do concurso em epígrafe, que teve lugar no dia 12 de Fevereiro, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, onde constam as candidaturas admitidas quer a bolsas de estudo de alunos que frequentam escolas do concelho, quer fora, as excluídas com os respectivos fundamentos de exclusão e bem assim a propositura de atribuição de bolsas.-----

-----Devidamente analisada, foi deliberado, por unanimidade, atribuir bolsa de estudo no valor de 180,00 € (Cento e oitenta euros) a Mariana Marques Gomes, ficando suspensa a atribuição às candidaturas de Susana Tiago Fonseca e Ana Rita Cunha Mendes, que ainda aguardam análise do processo de candidatura a bolsa por parte do Ministério da Educação e que em função dos respectivos valores condicionarão a eventual atribuição aos candidatos seguintes na respectiva lista de ordenação.-----

-----Foi igualmente deliberado atribuir conforme proposto naquela acta, cinco bolsas de estudo a estudantes que frequentam escolas do concelho, a saber:-----

-----Dina Isabel Ribeiro Dias – 5,00 € (Cinco euros) – complemento de bolsa de estudo atribuída pelo Ministério da Educação nos termos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.-----

-----Luís Carlos Quaresma Ribeiro – 90,00 € (Noventa euros)-----

-----Marília Sofia Ferreira Tavares – 90,00 € (Noventa euros)-----

-----Carlos Gabriel Rodrigues Lopes – 90,00 € (Noventa euros)-----

-----Orlando José Oliveira Nunes – 90,00 € (Noventa euros)-----

-----Foi ainda deliberado homologar a exclusão das candidaturas que não reuniam os requisitos regulamentares constantes na lista anexa àquela acta.-----

-----**2.9.2 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Foi presente à Câmara Informação Social datada de 12 de Fevereiro de 2010, tendo o Vereador José Francisco Rolo proposto à Câmara Municipal que, conforme solicitado pelo Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, atribua àquele agrupamento um subsídio no montante de 100,00 € (Cem euros) como comparticipação nos custos de uma visita de estudo à Ilha da Madeira por parte de dois alunos carenciados, integrados na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**3 – OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.1 – OBRAS PARTICULARES – PROC.CTR-18-11/2010 – REQUERENTE – JOÃO PAULO RODRIGUES TOMÁS**-----

**D.S.T./Proc.CTR-18-11/2010**

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente ao Executivo o processo de licenciamento apresentado pelo requerente João Paulo Rodrigues Tomás, para construção de uns arrumos na Quinta da Cavada, em Aldeia de Nogueira, freguesia de Nogueira do Cravo, tendo informado a Câmara Municipal de que, na sequência do seu despacho de 2 de Fevereiro de 2010, através do qual indeferiu o projecto em epígrafe tendo base o parecer técnico datado de 1 de Fevereiro de 2010, e bem assim na sequência dos esclarecimentos apresentados pelo requerente, é sua intenção manter o indeferimento, com base na alínea a) do nº1 do artº 24º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, por considerar que o mesmo não apresentou qualquer justificação válida relativamente à construção em causa. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**3.2 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - PRÉMIO - MANUEL DOS SANTOS GOUVEIA SERRA**-----

**D.A.G.F.**

-----Na sequência da deliberação de 7 de Março de 2006, a Câmara Municipal de acordo com os critérios definidos pela estrutura orgânica e funcional da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital deliberou, por unanimidade, atribuir o Prémio Bombeiro do Ano “Manuel dos Santos Gouveia Serra”, no montante de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros) ao Bombeiro, com a Categoria de Sub -Chefe, Armando Paulo Viseu, com o número mecanográfico – 06860443, considerando que o mesmo reúne os critérios fixados por aquela associação. -----

**3.3 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL CATRAIENSE**-----

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Recreativa Cultural Catraíense, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)** como apoio à realização do “5º Passeio Rota da Água”, a ter lugar no dia 28 do corrente mês de Fevereiro. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

**3.4 – CONFRARIA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA**-----

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Confraria do Queijo Serra da Estrela, um subsídio no montante de **7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros)** a título de comparticipação nos custos com a realização do jantar promocional da Festa do Queijo e Produtos de Qualidade de Oliveira do Hospital, a ter lugar no próximo dia 20 de Março do ano em curso, e demais despesas com a participação das Confrarias convidadas. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.5 – EMPRÉSTIMO N.º 9015.005519.591, ATÉ 5.000.000,00 € – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO E DIFERIMENTO – OFÍCIO Nº 193/10 –DBI, DE 2010/01/22, DA CGD”**-----

D.A.G.F./Proc.16

-----O Presidente da Câmara fez a seguinte proposta: -----

-----“Considerando que, tendo a Câmara Municipal celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo a longo prazo, até 5.000.000,00 €, destinado ao financiamento de 11 projectos de investimento de iniciativa municipal, o qual estabeleceu, entre outras condições, um prazo de utilização e diferimento correspondente aos “*primeiros 24 meses do prazo*”; -----

-----Considerando que não foi concretizada a utilização integral do montante contratado dentro do referido prazo de 24 meses, tendo sido utilizada apenas a importância de 3.000.000,00 €;-----

-----Considerando que a manutenção da capacidade de utilização pelo Município da importância restante de 2.000.000,00 €, indispensável à satisfação dos encargos resultantes da adjudicação e entrada em obra dos investimentos municipais adjudicados e incluídos no pacote de projectos que constituem a finalidade do empréstimo, implica a prorrogação do respectivo prazo de utilização e diferimento; -----

-----Considerando que a aceitação, pela Caixa Geral de Depósitos, do pedido de alteração do prazo de utilização e diferimento por mais 12 meses tem como contrapartida a aplicação de uma comissão de gestão de 0,125% ao trimestre; -----

-----Considerando que a aplicação desta comissão constitui uma modificação nas condições gerais do empréstimo contratado, do que resultam as obrigações de submeter estas modificações a nova autorização por parte do órgão deliberativo do Município e, sendo esta favorável, a nova fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas: -----

-----Proponho:-----

-----1 - Que a Câmara Municipal aprove a aceitação das condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos para o estabelecimento de uma prorrogação por mais 12 meses do prazo de utilização e diferimento do empréstimo, consubstanciadas na aplicação de uma comissão de gestão de 0,125% ao trimestre sobre o montante total da operação; -----

-----2 - Que as mesmas condições sejam submetidas à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em complemento da autorização por esta concedida em sessão ordinária realizada no dia 21 de Setembro de 2007; -----

-----3 - Que a modificação contratual resultante das deliberações de aprovação que vierem a ser tomadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal seja submetida a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de modo a que possam produzir plena eficácia.” -----

**-----Após análise e ponderação do assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação dos serviços datada de 5 de Fevereiro de 2010, aprovar a presente proposta.-----**

-----Ainda sobre este assunto o Vereador Paulo Rocha referiu-se à empreitada de “Beneficiação, rectificação e pavimentação da EM 507 e EM 507-1/ER 230/Limite do Concelho/Pólo Industrial de Seixo da Beira”, também incluída no pacote de empreitadas do empréstimo em causa, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre se uma prorrogação de doze meses para utilização do empréstimo será o suficiente para a execução da obra e respectiva afectação desses meios financeiros. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou que, como é do conhecimento público, as coisas se complicaram com os problemas que surgiram em torno dos IC’s, dando conta de que está agendada uma reunião com o Sr. Secretário de Estado para discutir este assunto uma vez que a situação se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

alterou relativamente ao que inicialmente haviam negociado. Disse ainda que, neste momento, também nada pode adiantar uma vez que a reunião a realizar entre o Sr. Ministro das Obras Públicas e um conjunto de municípios, incluindo Oliveira do Hospital, só terá lugar no dia 8 de Março do corrente ano. Reconhece no entanto que, se o compromisso assumido inicialmente relativamente à construção destas vias não se concretizar, é um assunto que, na sua opinião, terão que reequacionar uma vez que voltarão à “estaca zero”. -----

-----O Vereador Mário Alves interveio referindo que a obra em causa, quando foi lançada, independentemente dos IC's, foi equacionada no sentido de, por um lado retirar o tráfego da estrada EN 230 e EN 231, nomeadamente a travessia de Vila Franca da Beira, e por outro lado requalificar a ligação a Travancinha. Disse ainda que, para além de dar maior segurança a quem pretenda seguir em direcção a Nelas/Viseu, seria também muito mais rápida, sublinhando que “foi nessa perspectiva que a obra foi equacionada”. Lembrou igualmente que foi um assunto muitas vezes discutido em sessão da Assembleia Municipal, no anterior mandato, e que para além disso aprovou ainda a contracção deste empréstimo onde se previa 50% do montante do custo previsível da obra. Mais referiu que “50% do custo desta obra estão incluídos no empréstimo em apreço.” Entende assim que “a realização desta obra é importante para a população do Seixo da Beira e bem assim para todos aqueles que queiram sair de Oliveira do Hospital em direcção a Viseu, e que não queiram passar, nem em rotundas, nem em passadeiras elevadas”, salientando que “por esta razão entendo que, contrariamente àquilo que o senhor Presidente defende, a obra deve ser realizada”. Referiu também que declarações públicas produzidas pelo senhor Presidente da Câmara vieram dar a entender que “o Município iria ter uma perda de 250.000 euros com a questão da prorrogação de prazo deste empréstimo”. Salientou ainda que “se, enquanto Presidente da Câmara no passado, eu tivesse utilizado os dois milhões que estão disponíveis para fazer outras coisas que não aquelas que estavam previstas no mapa para a contracção desse empréstimo, estariam provavelmente a dizer “vejam lá que utilizou o dinheiro indevidamente, por esta ou por aquela razão”. E portanto, o dinheiro está disponível por força do que aconteceu ao nível da banca em termos financeiros, e a Caixa Geral de Depósitos vem agora onerar o empréstimo com uma comissão, uma vez que o dinheiro não foi todo utilizado. Mas eu gostaria de dizer o seguinte “quando nós propusemos a contracção desse empréstimo recorde-me que um ilustre deputado da Assembleia Municipal, na altura, referiu, tal como deve estar registado em acta da Assembleia Municipal “então o senhor vai contrair um empréstimo na altura em que o dinheiro é mais caro”. E eu respondi-lhe que “aquilo que hoje é caro, amanhã pode ser barato”. E o tempo veio dar-me razão, ou seja, hoje temos uma taxa de juro desse empréstimo de três pontos percentuais abaixo daquilo que era o valor do juro na altura da contracção do empréstimo, e naturalmente por força disso, a Caixa Geral de Depósitos, porque concluiu que o negócio não estava a ser tão rentável, veio propor essa taxa. Contudo deixo aqui um desafio ao senhor Presidente da Câmara, ou seja, estamos a tempo de fazer uma simulação de empréstimo de dois milhões e saber quanto é que a banca leva hoje para saber se ganhamos ou se perdemos, e eu posso dizer que ganhamos muito dinheiro, mesmo com essa comissão que a Caixa Geral de Depósitos pretende. Portanto, aquilo que deve ser dito à população de Oliveira do Hospital, não é que se perdeu coisa nenhuma, continua-se a ganhar dinheiro com a manutenção desse empréstimo. Porque se assim não fosse, o senhor não trazia cá essa proposta para aprovar uma prorrogação para utilização do empréstimo.” -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “perceba-se o seguinte, se há aqui alguém que fez críticas na Assembleia Municipal à estrada do Moinho do Buraco, fui eu, porque aquela estrada envergonha o concelho hoje e envergonhou-o no passado. Não há estrada pior no concelho do que aquela que vai até Travancinha, no concelho de Seia. E eu disse-lhe isso várias vezes. E também nunca percebi porque razão é que o Presidente anterior, quando fazia um conjunto de estradas, não





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

resolveu aquele problema”. Prosseguiu referindo “eu nunca lhe disse que não concordava com a estrada, pelo contrário. Fui sempre uma voz critica em relação àquela parte do Moinho do Buraco, porque na minha opinião, talvez seja a estrada do concelho, não agora, mas há muitos anos, que está em piores condições, e que dá muito jeito à população da Cordinha. Mas também me parece que o executivo anterior já tinha aceite esta proposta muito bem”. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves referiu que “não, pois se tivesse aceite, não teria ficado para que o senhor Presidente se pronunciasse sobre isso. Sabe que há actos de gestão que, seja em política, seja no que for, devem ser devidamente ponderados. E portanto, não tinha qualquer cabimento que, um Presidente de Câmara, em final de mandato, trouxesse ao executivo para decidir uma coisa que tivesse a ver com o futuro em termos autárquicos, pois não sabia o que iria acontecer. Agora, o que eu lhe digo é o seguinte, se eu estivesse no seu lugar tomaria precisamente a mesma opção.” Referiu ainda que “a verdade é que desta forma o município tem melhores condições do que se contraísse outro empréstimo.” -----

-----Ao que o Presidente da Câmara referiu concordar, sublinhando que “isso é verdade”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “com toda a sinceridade, tomar como mérito seu uma situação meramente circunstancial do mercado de capitais quer dizer...”, ao que aquele responsável disse que “mas eu não tomei como mérito nenhum”. -----

-----O Presidente da Câmara reconheceu que o *spread* aplicado aquando da contracção deste empréstimo foi muito bom. Disse ainda que “se este dinheiro fosse todo aplicado na altura teríamos ganho 250.000 euros. Agora temos que perceber que no que diz respeito à estrada do Moinho do Buraco, se não houver garantias de construção do IC 37, teremos que despende de toda a verba necessária à sua construção”. -----

**3.6 – RECTIFICAÇÃO À ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – PONTO 2.1 – IRMANDADE DE SANTA ANA – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO**-----

D.A.G.F.

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, rectificar a deliberação tomada em reunião de 22 de Dezembro de 2009, no ponto 2.1 – IRMANDADE DE SANTA ANA – DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO, no sentido de esclarecer que onde se lê “...Norte: Lote...”, deve ler-se “...Norte: Lote 1...”-----

**3.7 - REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA DAS TAXAS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----Foi presente à Câmara uma proposta de Revisão ao Regulamento Geral das Taxas Municipais e bem assim ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, e respectiva Tabela de Taxas e Tarifas pela concessão de licenças e prestação de serviços pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. -----

-----Na reunião estiveram ainda presentes os representantes da Sociedade de Advogados Portugal, Drs. António Portugal e Hugo Correia, para ajudar na análise e compreensão do enquadramento legal da matéria vertida nos documentos em apreço.-----

-----O Advogado, António Portugal, começou por fazer uma apresentação sucinta dos documentos, explicando que se trata de um documento técnico que surge de uma obrigação legal de conformação dos Regulamentos Municipais, que vem do Regime Legal das Taxas Municipais, e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

que assenta, essencialmente, no princípio de um ónus que foi estabelecido aos municípios para justificação ou fundamentação económica das taxas que estão a ser cobradas aos munícipes. Disse ainda que o legislador entendeu por bem imputar esse dever de explicação e de fundamentação em termos de congruência económica dos encargos que estavam a ser cobrados pelos municípios, obrigando à publicação e à publicitação dessa fundamentação económica, a fim de evitar “abusos” por parte de algumas autarquias. -----

-----Na sequência do diálogo e respectiva análise dos documentos em apreço, o Vereador Mário Alves solicitou esclarecimentos sobre esta matéria e apresentou algumas sugestões de alteração a alguns dos artigos constantes do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, as quais, depois de devidamente ponderadas, foram tidas em consideração pelo Executivo. -----

-----No que diz respeito ao Regulamento Geral das Taxas Municipais não foram tecidos quaisquer comentários. -----

-----Neste momento, os Vereadores Paulo Rocha e Telma Martinho ausentaram-se da sala de reuniões. -----

-----Assim, relativamente à proposta apresentada e na sequência da respectiva análise dos pedidos de esclarecimento antes apresentados relativamente a esta matéria, a Câmara Municipal, tendo em conta a grande extensão dos documentos em apreço deliberou, por todos os membros presentes, continuar a discussão deste assunto na reunião extraordinária agendada para o dia 22 de Fevereiro, devendo o mesmo constar da respectiva ordem do dia.--

-----**3.8 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MARCAÇÃO E ORDEM DO DIA**-----

G.D.E.S.

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que seja solicitada ao Presidente da Assembleia Municipal, a marcação da sessão ordinária daquele órgão para o dia 27 de Fevereiro de 2010, pelas 21:00 horas, bem como a inclusão, na respectiva Ordem do Dia, dos seguintes assuntos: -----

-----1 - Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.-----

-----2 - Deliberação, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, sobre a desafectação, do domínio público, da parcela de terreno situada no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, com a área de 215 m<sup>2</sup>, com o valor patrimonial de 5.000,00 € (cinco mil euros) e as seguintes confrontações, conforme solicitado pela Irmandade de Sant’Ana:-----

-----Norte: Lote 1 -----

-----Sul: Arruamento público -----

-----Poente: Lote 4-----

-----Nascente: Capela de Sant’Ana -----

-----3 - Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos para o estabelecimento de uma prorrogação, por mais doze meses, do prazo de utilização e diferimento do empréstimo a longo prazo até 5.000.000,00 €, autorizado pela Assembleia Municipal em 21 de Setembro de 2007, consubstanciadas na aplicação de uma comissão de gestão de 0,125% ao trimestre sobre o montante total da operação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.9 - PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR  
NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**D.A.G.F./Proc.1/DOC.6**

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu despacho, datado de 8 de Fevereiro de 2010, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou a abertura de procedimento concursal (um horário de 12 horas na área de expressões artísticas para exercício de funções no Agrupamento de Escolas de Vale do Alva). -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **dezoito horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 17 de Fevereiro de 2010**-----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
17 DE FEVEREIRO DE  
2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**